

PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS
PROFESSOR DE HISTÓRIA

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - Questões de 1 a 25

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

LÍNGUA PORTUGUESA — Questões de 1 a 8

QUESTÕES de 1 a 3

Texto:

Nos últimos anos, mudanças profundas nas formas de trabalho têm alterado significativamente a relação dos indivíduos com suas atividades profissionais. A flexibilização dos vínculos empregatícios, aliada à crescente instabilidade econômica, tem contribuído para a ampliação dos sentimentos de insegurança e incerteza entre trabalhadores de diferentes setores.

Ao mesmo tempo, observa-se uma valorização crescente de experiências imediatas e prazerosas fora do ambiente laboral. Em um contexto marcado pelo consumo, muitos indivíduos passam a buscar satisfação em atividades que proporcionem sensações rápidas, como o entretenimento digital, viagens e aquisição de bens. Essa dinâmica revela uma dissociação entre o trabalho, frequentemente percebido como obrigação, e o lazer, entendido como espaço de realização pessoal.

Além disso, a cultura contemporânea tende a reforçar a ideia de que o sucesso está associado à capacidade de consumir e experimentar constantemente novas formas de prazer. Nesse cenário, o indivíduo alterna entre o papel de trabalhador, submetido a pressões e responsabilidades, e o de consumidor, orientado pela busca de satisfação imediata.

Essa dualidade pode gerar consequências psicológicas relevantes, como a sensação de vazio e a fragmentação da identidade. Isso ocorre porque, ao mesmo tempo em que o trabalho perde seu significado existencial, o consumo não consegue, por si só, preencher as expectativas de realização pessoal.

Assim, a sociedade contemporânea apresenta um paradoxo: embora ofereça múltiplas possibilidades de satisfação, também intensifica sentimentos de instabilidade e insatisfação, exigindo dos indivíduos constantes adaptações às demandas sociais e econômicas.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Adaptado.

QUESTÃO 1

De acordo com o texto, uma das principais características das transformações recentes no trabalho é

- A) a redefinição do trabalho como espaço de realização pessoal, associado ao consumo de experiências.
- B) a reorganização das relações profissionais, marcada pela flexibilização e pela estabilidade dos vínculos.
- C) a ampliação dos sentimentos de insegurança e de incerteza entre trabalhadores de diferentes setores.
- D) a centralidade do consumo como elemento capaz de atribuir sentido ao trabalho contemporâneo.
- E) a integração progressiva entre trabalho e lazer, reduzindo as tensões entre essas esferas.

QUESTÃO 2

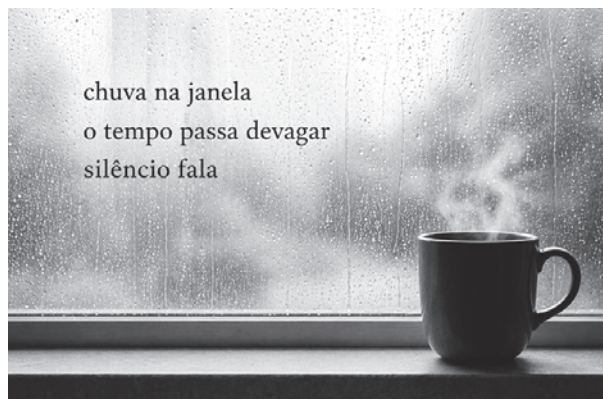
No texto, o consumo é apresentado como prática social que

- A) assume papel equivalente ao trabalho na organização da vida social dos indivíduos.
- B) assegura a satisfação das necessidades subjetivas, compensando os efeitos da instabilidade econômica.
- C) promove a integração social plena ao eliminar as tensões decorrentes das transformações no mundo do trabalho.
- D) constitui uma forma de busca de satisfação associada à perda de significado do trabalho, sem, contudo, garantir a realização pessoal.
- E) substitui progressivamente o trabalho como principal referência de identidade social.

QUESTÃO 3

No contexto do texto, a expressão “fragmentação da identidade” refere-se à

- A) capacidade de reorganizar continuamente a vida pessoal diante das mudanças nas relações profissionais.
- B) dificuldade de construir uma percepção integrada de si diante da separação entre trabalho, consumo e realização pessoal.
- C) necessidade de desempenhar diferentes funções profissionais em ambientes de trabalho flexíveis.
- D) possibilidade de escolher livremente experiências de lazer e formas de consumo disponíveis na sociedade.
- E) adaptação dos valores individuais às novas oportunidades produzidas pelas transformações econômicas.



O haikai é uma forma poética breve, caracterizada pela concisão e pela sugestão de imagens.

Na articulação entre o haikai e a imagem, o verso “o tempo passa devagar” contribui para representar

- A) uma percepção subjetiva da duração, associada ao estado contemplativo sugerido pela chuva e pelo silêncio.
- B) uma alteração objetiva do tempo cronológico, provocada pelas condições do ambiente representado.
- C) uma sequência narrativa em que a chuva modifica progressivamente as ações desenvolvidas pelo observador.
- D) uma recordação do passado, construída pela oposição entre o instante presente e uma experiência anterior.
- E) uma expectativa de mudança, marcada pela espera do encerramento da chuva e da retomada das atividades.

Em qualquer sociedade, os falantes ajustam sua maneira de utilizar a língua conforme a situação de comunicação, o tema abordado, o interlocutor e os objetivos da interação. Essa capacidade de adaptar a linguagem não significa abandonar a identidade linguística, mas ampliar os recursos expressivos para atender às diferentes demandas comunicativas. Assim, a convivência entre variedades linguísticas revela que a língua é dinâmica, heterogênea e socialmente compartilhada, permitindo ao falante selecionar registros mais ou menos formais de acordo com o contexto em que se encontra.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 39. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019. Adaptado.

A leitura do texto permite inferir que o domínio da norma-padrão constitui apenas uma das competências linguísticas socialmente relevantes porque a comunicação eficaz depende também da capacidade de

- A) selecionar formas linguísticas compatíveis com os padrões normativos socialmente prestigiados, uma vez que esses usos tendem a favorecer a clareza e a uniformidade dos processos comunicativos.
- B) reconhecer que a adequação da linguagem resulta da articulação entre interlocutores, finalidade comunicativa e contexto de interação, permitindo a mobilização da variedade linguística mais pertinente à situação.
- C) priorizar registros formais em interações institucionais, considerando que a variação linguística pode comprometer a objetividade e a precisão da mensagem em contextos oficiais.
- D) ajustar as escolhas linguísticas às expectativas do grupo social com o qual se interage, ainda que isso implique relativizar a importância da norma-padrão como referência para a comunicação pública.
- E) compreender que a diversidade linguística decorre principalmente das diferenças culturais entre comunidades de fala, sendo a adequação ao contexto consequência secundária desse processo.

Análise o fragmento a seguir:

“Só as pessoas superficiais não julgam pelas aparências. O verdadeiro mistério do mundo é o visível, não o invisível.”

WILDE, Oscar. **O retrato de Dorian Gray**. São Paulo: Penguin-Companhia, 2012.

A formulação paradoxal presente no fragmento produz um efeito crítico ao

- A) inverter a valorização habitual da interioridade, expondo a importância atribuída às aparências nas relações sociais.
- B) defender a igualdade entre os indivíduos com base na correspondência entre aparência e caráter.
- C) valorizar a autenticidade individual como condição para superar os julgamentos produzidos socialmente.
- D) reconhecer a subjetividade como dimensão independente das formas pelas quais o indivíduo se apresenta.
- E) considerar as qualidades internas como critérios suficientes para o reconhecimento social dos indivíduos.

Texto:

- O senhor não tem relógio?
- Não.
- E como faz para saber as horas?
- Não sei.
- Mas precisa saber as horas!
- Para quê?
- Para não se atrasar!
- Eu nunca me atraso.
- Como não?
- Chego sempre na hora que quero.

SABINO, Fernando. **O homem nu**. Rio de Janeiro: Record, 1997. Adaptado.

QUESTÃO 7

No diálogo, a fala “Chego sempre na hora que quero” rompe com a expectativa do interlocutor ao apresentar o desejo individual como referência para a chegada.

Em uma reformulação que preserve esse sentido, está de acordo com a norma-padrão a seguinte construção:

- A) O personagem afirmou de que chegava sempre no horário escolhido por ele.
- B) O personagem explicou que chegava sempre a hora determinada conforme sua vontade.
- C) O personagem declarou que chegava sempre à hora em que desejava chegar.
- D) O personagem informou que chegava sempre à hora onde considerava mais conveniente.
- E) O personagem disse que chegava sempre no horário cujo havia escolhido para si.

QUESTÃO 8

No desenvolvimento do diálogo, a pergunta “Como não?” revela que o interlocutor interpreta a afirmação “Eu nunca me atraso” a partir de um pressuposto diferente daquele adotado pelo personagem.

Esse desencontro de interpretações decorre do fato de que

- A) a negação enfática presente em “Eu nunca me atraso” intensifica a convicção do personagem, conferindo maior força argumentativa à sua resposta.
- B) a repetição da palavra “hora” elimina a possibilidade de interpretações diferentes sobre o sentido do diálogo.
- C) o emprego da primeira pessoa torna impossível verificar objetivamente a veracidade da afirmação produzida pelo personagem.
- D) a forma verbal “quero” indica uma ação futura, incompatível com a afirmação anteriormente realizada.
- E) a expressão “na hora que quero” redefine o critério implícito da ideia de atraso, deslocando sua avaliação do plano coletivo para o plano individual.

* * *

QUESTÃO 9

A Lei nº 9.394/1996 estabelece os princípios, as diretrizes e a organização da educação nacional, distribuindo competências entre os entes federativos e definindo incumbências para os sistemas e os estabelecimentos de ensino.

Considerando a redação atualizada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, analise as afirmativas a seguir.

- I. A educação básica é formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio, sendo obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.
- II. Compete exclusivamente à União autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar todas as instituições de ensino, em todos os níveis e modalidades, no território nacional.
- III. Os estabelecimentos de ensino têm a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica, bem como assegurar o cumprimento dos dias letivos e das horas-aula estabelecidos.
- IV. A gestão democrática do ensino público constitui princípio do ensino e deve ser organizada conforme a LDB e a legislação dos respectivos Estados, Municípios e Distrito Federal.

A alternativa que apresenta **todas** as afirmativas corretas é

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 10

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, assegurando seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Adaptado.

Considerando a função normativa da BNCC e a autonomia dos sistemas e das redes de ensino, a relação entre a base comum nacional e a elaboração dos currículos deve ser compreendida como

- A) um processo de uniformização pedagógica pelo qual a definição nacional das aprendizagens elimina a necessidade de adequações curriculares pelas redes de ensino.
- B) uma referência normativa que estabelece aprendizagens essenciais, cabendo aos sistemas e às redes de ensino contextualizá-las de acordo com suas características sociais, culturais e territoriais.
- C) uma forma de centralização curricular que transfere integralmente à União a definição dos conteúdos, das metodologias e das práticas pedagógicas de todas as escolas.
- D) uma orientação restrita à seleção de conteúdos mínimos, sem relação com a organização dos currículos e com as práticas educativas desenvolvidas nas escolas.
- E) um modelo facultativo de organização curricular cuja adoção depende da decisão autônoma de cada sistema ou rede de ensino.

QUESTÃO 11

A Lei nº 15.388/2026 aprovou o Plano Nacional de Educação com duração de dez anos e estabeleceu diretrizes, objetivos, metas e estratégias, além de mecanismos de governança, monitoramento e avaliação das políticas educacionais.

Considerando as disposições do Plano Nacional de Educação vigente, sua execução e seu acompanhamento

- A) competem exclusivamente ao Ministério da Educação, sem participação de órgãos legislativos ou de instâncias representativas da sociedade.
- B) vinculam somente a União, cabendo aos demais entes federativos decidir sobre a elaboração de seus respectivos planos de educação.
- C) são avaliados apenas ao final do período de vigência, a fim de evitar alterações nas metas estabelecidas para o decênio.
- D) asseguram a aplicação automática dos recursos previstos, independentemente dos instrumentos orçamentários dos diferentes entes federativos.
- E) envolvem monitoramento e avaliação com a participação de diferentes instituições e atuação articulada dos entes federativos em regime de colaboração.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece responsabilidades para os dirigentes dos estabelecimentos de ensino fundamental diante de situações que possam comprometer o direito à educação e a proteção integral dos estudantes.

Uma escola pública de ensino fundamental identifica que um estudante de 12 anos apresenta faltas reiteradas e não justificadas, além de evidências de negligência familiar. A equipe escolar realiza diferentes tentativas de contato e de intervenção junto aos responsáveis, mas não obtém retorno.

Apesar do esgotamento dos recursos escolares, a direção decide apenas registrar a situação internamente, sem comunicá-la ao Conselho Tutelar, sob o argumento de preservar o vínculo com a família e evitar possíveis constrangimentos.

De acordo com a redação atualizada do Estatuto da Criança e do Adolescente, a conduta da direção é

- A) adequada, porque a preservação do vínculo com a família permite que a escola deixe de comunicar situações que possam produzir constrangimento aos responsáveis.
- B) adequada, porque a comunicação das faltas ao Conselho Tutelar somente seria obrigatória se o estudante abandonasse definitivamente a escola.
- C) inadequada, porque a direção deve comunicar ao Conselho Tutelar a reiteração de faltas injustificadas, depois de esgotados os recursos escolares, bem como as situações de negligência identificadas.
- D) inadequada somente quanto às faltas, porque as situações de negligência familiar não se encontram entre as hipóteses de comunicação atribuídas aos dirigentes escolares.
- E) parcialmente adequada, porque o registro interno substitui a comunicação ao Conselho Tutelar quando a equipe escolar comprova ter procurado os responsáveis.

Uma estudante com baixa visão procura matrícula no 5º ano de uma escola pública. Durante o atendimento, a família informa que ela utiliza materiais ampliados e recursos de acessibilidade para acompanhar as atividades escolares.

A direção afirma que a matrícula somente poderá ser efetivada depois que a família providenciar os materiais adaptados e um profissional para acompanhar a estudante, pois a escola ainda não dispõe desses recursos.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a escola deverá

- A) efetivar a matrícula e organizar as condições de participação e aprendizagem, com recursos de acessibilidade, adaptações razoáveis e atendimento educacional especializado, quando necessário.
- B) aguardar que a família providencie os recursos necessários, porque a responsabilidade da escola começa somente depois da efetivação da matrícula.
- C) encaminhar a estudante para uma instituição especializada, pois a necessidade de materiais ampliados impede seu acompanhamento das atividades na classe comum.
- D) efetivar a matrícula, mas substituir as atividades curriculares por tarefas simplificadas realizadas separadamente dos demais estudantes.
- E) matricular a estudante somente após avaliação médica que comprove sua capacidade de acompanhar o currículo regular sem adaptações pedagógicas.

* * *

QUESTÃO 14

O uso pedagógico das tecnologias digitais na educação básica, conforme orientações da política educacional brasileira, deve estar articulado ao desenvolvimento de competências, à mediação docente e à intencionalidade pedagógica, não se restringindo à mera utilização instrumental de ferramentas tecnológicas.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Adaptado.

No âmbito de uma política pública educacional, uma rede estadual de ensino implementa uma plataforma digital de aprendizagem para todas as escolas do Ensino Médio, com o objetivo de ampliar o uso de tecnologias no processo educativo. Em uma das unidades escolares, observa-se que, inicialmente, a utilização da plataforma se restringe à disponibilização de conteúdos e exercícios, sem alteração significativa na organização das aulas. Posteriormente, a equipe docente passa a desenvolver atividades colaborativas, propor situações-problema mediadas por recursos digitais e incentivar a produção de conteúdos pelos estudantes.

No contexto das orientações curriculares nacionais para o uso pedagógico das tecnologias digitais, essa mudança na prática docente evidencia

- A) a incorporação das tecnologias como elemento organizador do ensino, com deslocamento progressivo da mediação docente em favor da autonomia dos recursos digitais na condução da aprendizagem.
- B) a adequação das práticas pedagógicas ao ambiente digital, mantendo a centralidade da exposição de conteúdos, com ampliação dos recursos disponíveis para sua apresentação.
- C) a integração das tecnologias à dinâmica pedagógica, com reorganização das práticas de ensino e ampliação do protagonismo discente na construção do conhecimento.
- D) o uso das tecnologias como recurso complementar ao ensino, ampliando o acesso à informação sem alterar substantivamente a estrutura das práticas pedagógicas.
- E) a utilização das tecnologias como instrumento de padronização das práticas escolares, favorecendo a uniformização dos conteúdos e procedimentos de ensino.

QUESTÃO 15

Considere que uma escola passou a utilizar um Ambiente Virtual de Aprendizagem para complementar as atividades presenciais. Inicialmente, o espaço era empregado para armazenar textos, vídeos e exercícios. Após analisar a baixa participação dos estudantes, os professores introduziram fóruns orientados por situações-problema, produção colaborativa, devolutivas durante as atividades e revisão das produções com base nas intervenções realizadas.

A experiência indica que a contribuição pedagógica de um Ambiente Virtual de Aprendizagem depende principalmente da

- A) diversificação dos recursos disponíveis, de modo que cada estudante possa escolher as ferramentas mais compatíveis com suas preferências.
- B) ampliação da autonomia discente, com redução gradual das intervenções docentes durante o desenvolvimento das atividades.
- C) articulação entre mediação pedagógica, interação significativa e intencionalidade didática na organização das experiências de aprendizagem.
- D) oferta de diferentes fontes de informação, acompanhada de atividades digitais destinadas à verificação dos conteúdos estudados.
- E) sistematização das tarefas e do acompanhamento, com definição de percursos comuns para assegurar a regularidade da participação.

QUESTÃO 16

No contexto do Ensino Fundamental, diferentes recursos digitais vêm sendo incorporados ao planejamento e à realização das aulas. Seus efeitos educacionais relacionam-se não somente às funcionalidades disponíveis, mas também às formas de organização do trabalho pedagógico.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Adaptado.

Considere que uma escola adota um sistema digital que permite aos professores projetar conteúdos interativos, aplicar exercícios automatizados e acompanhar o desempenho dos estudantes em tempo real. Apesar disso, as aulas permanecem organizadas em torno da exposição do professor, com baixa participação discente e pouca problematização dos conteúdos trabalhados.

A partir da relação entre inovação tecnológica e inovação pedagógica, a situação descrita evidencia que o uso de recursos digitais

- A) promove inovação pedagógica parcial, pois a substituição dos suportes convencionais por recursos interativos modifica necessariamente a relação dos estudantes com o conhecimento.

- B) caracteriza uma inovação pedagógica, pois a incorporação de tecnologias digitais e de mecanismos automatizados de acompanhamento transforma a dinâmica da relação pedagógica.
- C) reorganiza o processo de ensino ao transferir para os dados produzidos pelo sistema a definição das intervenções necessárias à aprendizagem.
- D) expressa a permanência de uma lógica transmissiva de ensino, ainda que mediada por tecnologias, evidenciando o uso instrumental dos recursos digitais.
- E) indica a transição para práticas pedagógicas participativas, nas quais a centralidade do professor é progressivamente redefinida pelo uso dos recursos tecnológicos.

QUESTÃO 17

A discussão contemporânea sobre cultura digital desloca a inclusão digital de uma compreensão restrita ao acesso técnico aos dispositivos e redes para uma perspectiva mais ampla, ligada à apropriação social, à produção de sentidos e à participação dos sujeitos nas práticas de linguagem e interação mediadas por tecnologias. Nessa perspectiva, a simples presença de equipamentos na escola não esgota o problema educacional envolvido na inserção dos estudantes no universo digital.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **Cultura digital e apropriação ascendente**: apontamentos para uma educação 2.0. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 283-304, dez. 2010. Adaptado.

Com base nas informações contidas no texto e nos referenciais contemporâneos sobre inclusão digital, o uso da tecnologia deve ser

- A) ampliado de forma sistemática, assegurando condições equitativas de participação nas atividades escolares mediadas por tecnologia.
- B) desenvolvido de modo a favorecer a autonomia dos estudantes no uso de plataformas digitais, ampliando sua capacidade de atuação em ambientes virtuais de aprendizagem.
- C) incorporado às práticas pedagógicas como recurso de organização do ensino, contribuindo para a ampliação do acesso a conteúdos e informações.
- D) integrado a projetos nos quais os estudantes analisem informações, produzam conteúdos e participem de situações comunicativas socialmente relevantes.
- E) estruturado a partir das condições de infraestrutura tecnológica disponíveis, ampliando a presença de dispositivos digitais no cotidiano educacional.

* * *

QUESTÃO 18

A educação brasileira contemporânea tem sido atravessada por desafios que envolvem a ampliação do acesso, a permanência dos estudantes na escola e a redução das desigualdades educacionais. Documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e políticas voltadas à educação integral, reconhecem que fatores sociais, econômicos e culturais influenciam diretamente o desempenho escolar.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Adaptado.

A consideração da influência de fatores sociais, econômicos e culturais no desempenho escolar implica, no âmbito das políticas públicas educacionais, a adoção de uma diretriz que

- A) organiza a ação educacional a partir da ampliação do acesso e da permanência escolar, assegurando condições institucionais adequadas ao desenvolvimento dos estudantes.
- B) orienta as políticas educacionais pela qualificação das práticas pedagógicas e curriculares, priorizando a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem.
- C) estrutura a atuação do sistema educacional com base no fortalecimento da gestão e dos mecanismos de avaliação, visando à elevação dos indicadores de desempenho.
- D) fundamenta a formulação das políticas na garantia de igualdade de oportunidades, assegurando a universalização do direito à educação.
- E) articula a política educacional com outras áreas da ação pública, reconhecendo a interferência de fatores extraescolares na permanência e no desempenho dos estudantes.

QUESTÃO 19

Os indicadores educacionais permitem acompanhar diferentes dimensões da educação básica, como acesso, trajetória escolar, rendimento e distorção idade-série. Quando analisados por território, modalidade de ensino e perfil dos estudantes, esses dados também revelam diferenças que podem permanecer ocultas nos resultados médios de uma rede.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico. Brasília, DF: Inep, 2024. Adaptado.

Considere que uma rede pública implantou um programa de acompanhamento pedagógico para reduzir a defasagem idade-série. Todas as escolas receberam os mesmos materiais, a mesma carga horária de reforço e orientações comuns para sua execução. Após dois anos, os resultados gerais melhoraram, mas os dados revelaram avanços menores entre estudantes do período noturno, de escolas rurais e de regiões com maior vulnerabilidade social.

A partir dos princípios de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas educacionais, a reorientação adequada do programa consiste em

- A) ampliar igualmente a carga horária de reforço em todas as escolas, preservando a uniformidade da oferta como garantia de tratamento igual aos estudantes.
- B) atribuir a cada escola a definição integral de seus objetivos e procedimentos, substituindo as metas comuns da rede por planejamentos construídos localmente.
- C) concentrar os investimentos nas unidades que apresentaram maior evolução, utilizando os resultados alcançados como parâmetro para elevar o desempenho médio da rede.
- D) manter objetivos comuns e adotar estratégias e apoios diferenciados segundo as barreiras identificadas, acompanhando os resultados dos distintos grupos atendidos.
- E) intensificar a aplicação de avaliações padronizadas e utilizar seus resultados para reorganizar a distribuição dos estudantes entre as atividades do programa.

QUESTÃO 20

A cidadania moderna não se reduz à posse formal de direitos, pois sua efetivação depende das condições sociais que permitem aos indivíduos exercê-los plenamente. Em sociedades marcadas por desigualdades, a ampliação do acesso a direitos não assegura necessariamente sua realização concreta, o que exige a compreensão das relações entre educação, participação social e estrutura social.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Adaptado.

A coexistência entre ampliação da escolarização e persistência de desigualdades sociais coloca em questão a capacidade da educação de promover a cidadania para além de sua dimensão formal, evidenciando que a relação entre educação e cidadania

- A) produz efeitos socialmente diferenciados, na medida em que a expansão educacional se articula de forma desigual com as condições de origem social dos indivíduos.
- B) depende da homogeneização das trajetórias formativas, condição necessária para reduzir as desigualdades na realização dos direitos sociais.
- C) realiza-se pela ampliação do acesso educacional, desde que associada à integração progressiva dos indivíduos às estruturas sociais existentes.
- D) vincula-se à garantia de igualdade formal de oportunidades educacionais, ainda que em contextos de desigualdade social persistente.
- E) estrutura-se prioritariamente a partir da organização pedagógica da escola, sendo os fatores externos elementos secundários no processo de formação cidadã.

QUESTÃO 21

A organização da educação brasileira estrutura-se a partir de princípios que orientam a atuação dos sistemas de ensino e a formulação das políticas públicas educacionais. Entre esses princípios, destacam-se a garantia do direito à educação, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, a gestão democrática do ensino público e a promoção de uma formação voltada ao exercício da cidadania.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC, 2013. Adaptado.

Considere que um município institui uma política educacional com as seguintes diretrizes:

- I. Ampliação do número de vagas na rede pública.
- II. Adoção obrigatória de um único material didático para todas as escolas.
- III. Centralização das decisões pedagógicas na Secretaria de Educação.
- IV. Limitação da participação da comunidade escolar aos momentos formais de consulta, sem efetiva incidência nos processos decisórios.
- V. Manutenção dos índices de frequência escolar.

A partir dessas informações, o confronto entre os princípios da organização da educação brasileira e a política educacional descrita evidencia uma contradição caracterizada por

- A) expansão do acesso escolar articulada à restrição do pluralismo de ideias e da gestão democrática, evidenciando tensão entre universalização e qualidade político-institucional da educação.
- B) ampliação da oferta educacional acompanhada de mecanismos de padronização pedagógica, compatível com a necessidade de organização sistêmica do ensino em âmbito municipal.
- C) crescimento da rede pública associado à centralização das decisões educacionais, configurando estratégia legítima de coordenação administrativa do sistema de ensino.
- D) elevação dos índices de frequência escolar combinada com uniformização curricular, expressando adequação da política educacional aos princípios da organização da educação brasileira.
- E) ampliação do atendimento educacional vinculada ao fortalecimento da regulação institucional, assegurando maior controle sobre a implementação das políticas públicas educacionais.

* * *

QUESTÃO 22

Considere o seguinte argumento:

“Se políticas públicas baseadas exclusivamente em avaliações padronizadas fossem suficientes para melhorar a qualidade da educação, então todos os países que adotam intensivamente esse modelo apresentariam melhores resultados educacionais. No entanto, existe ao menos um país que, embora adote intensivamente esse modelo, não apresenta melhores resultados educacionais. Logo, tais políticas não são, por si só, suficientes para garantir a melhoria da educação.”

A estrutura lógica do argumento apresentado é corretamente caracterizada como

- A) uma inferência indutiva baseada na generalização de casos particulares, na qual a conclusão decorre da repetição empírica de ocorrências semelhantes.
- B) um raciocínio dedutivo que parte de uma relação condicional geral e, diante da negação do resultado esperado, conclui pela insuficiência da condição inicialmente apresentada.
- C) um raciocínio conclusivo em que a confirmação da condição inicial é utilizada para afirmar, de modo necessário, a ocorrência do resultado previsto.
- D) uma argumentação por analogia, na qual se estabelece correspondência entre diferentes contextos para sustentar a conclusão.
- E) um argumento circular, no qual a conclusão é pressuposta implicitamente nas premissas apresentadas.

QUESTÃO 23

Considere que, em uma escola, três professores, o de História, o de Matemática e o de Biologia, fizeram as seguintes afirmações sobre determinado resultado pedagógico:

O professor de História afirmou: “O professor de Matemática está errado.”

O professor de Matemática afirmou: “O professor de Biologia está errado.”

O professor de Biologia afirmou: “Os professores de História e Matemática estão errados.”

Sabe-se que exatamente duas dessas afirmações são falsas.

Com base nessas informações, conclui-se logicamente que

- A) a afirmação do professor de História é a única verdadeira, pois contradiz diretamente a afirmação do professor de Matemática.
- B) a afirmação do professor de Biologia é a única verdadeira, pois decorre da falsidade da afirmação do professor de História.
- C) a afirmação do professor de Matemática é falsa, pois sua validade depende de as afirmações dos outros dois professores serem simultaneamente verdadeiras.
- D) as afirmações dos professores de História e Biologia possuem necessariamente valores lógicos diferentes.
- E) a afirmação do professor de Matemática é a única verdadeira.

QUESTÃO 24

Durante um projeto de incentivo à participação estudantil, uma professora registrou a quantidade de contribuições pertinentes apresentadas pela turma nas cinco primeiras etapas:

Etapa	Contribuições registradas
1ª	4
2ª	7
3ª	12
4ª	19
5ª	28

Para projetar as etapas seguintes, a professora considerou que a sequência continuaria obedecendo ao mesmo padrão de crescimento observado entre os valores registrados.

Mantido esse padrão, o número de contribuições previsto para a oitava etapa será

- A) 61
- B) 64
- C) 67
- D) 70
- E) 73

QUESTÃO 25

Em uma atividade interdisciplinar, uma turma produziu 12 textos, distribuídos conforme o quadro:

Tipo de produto	Quantidade
Artigo de opinião	5
Narrativa	4
Relatório	3
Total	12

Para iniciar uma roda de leitura, a professora selecionará aleatoriamente uma dessas produções. A probabilidade de ser selecionado um artigo de opinião ou uma narrativa é

- A) $\frac{3}{4}$
- B) $\frac{1}{4}$
- C) $\frac{1}{3}$
- D) $\frac{5}{12}$
- E) $\frac{7}{12}$

* * *

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - Questões de 26 a 50

Para responder a essas questões, identifique APENAS UMA ÚNICA alternativa correta e marque a letra correspondente na Folha de Respostas.

QUESTÃO 26

A reflexão historiográfica contemporânea deslocou o entendimento da História como mera descrição de acontecimentos passados para uma abordagem que enfatiza sua dimensão interpretativa, vinculada à experiência temporal dos sujeitos. Nesse quadro, a noção de consciência histórica refere-se ao modo pelo qual os indivíduos e as sociedades articulam passado, presente e futuro na construção de sentido para suas ações.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Adaptado.

À luz dessa perspectiva teórica, a relação entre conceito de História e consciência histórica é corretamente compreendida como:

- A) A História constitui uma forma de conhecimento que depende da interpretação das experiências temporais, sendo a consciência histórica o processo pelo qual os sujeitos atribuem sentido a essas experiências.
- B) A consciência histórica consiste na preservação da memória coletiva, sendo a História o resultado da acumulação progressiva dessas lembranças sociais ao longo do tempo.
- C) A História, enquanto registro dos acontecimentos passados, fornece os dados objetivos, cabendo à consciência histórica organizá-los de forma cronológica para garantir a fidelidade narrativa.
- D) A consciência histórica atua como critério de verificação da verdade histórica, assegurando a neutralidade das interpretações produzidas pela disciplina histórica.
- E) A História é determinada pelo conjunto de fontes disponíveis, enquanto a consciência histórica limita-se à escolha dos documentos considerados relevantes para a pesquisa.

QUESTÃO 27

No processo de consolidação da História como disciplina científica no século XIX, desenvolveu-se uma perspectiva metodológica que atribuía centralidade à análise rigorosa das fontes documentais. Tal abordagem buscava estabelecer critérios de objetividade capazes de afastar interpretações subjetivas e especulativas, defendendo que o trabalho do historiador deveria se basear em evidências verificáveis. Nesse sentido, a crítica das fontes, a busca por autenticidade documental e a reconstrução factual dos acontecimentos tornaram-se princípios fundamentais dessa tradição historiográfica.

MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019. Adaptado.

Considerando os fundamentos teórico-metodológicos da tradição historiográfica metódico-documental consolidada no século XIX, a prática historiográfica que melhor expressa seus pressupostos caracteriza-se por

- A) conceber a narrativa histórica como resultado da interação entre passado e presente, reconhecendo a influência das demandas contemporâneas na interpretação dos fatos.
- B) explicar os processos históricos a partir de estruturas socioeconômicas, compreendendo os acontecimentos como expressão de contradições materiais.
- C) fundamentar a investigação histórica na crítica rigorosa das fontes, buscando reconstruir os acontecimentos com base em evidências documentais verificáveis.
- D) interpretar o conhecimento histórico como construção discursiva, na qual a coerência narrativa se sobrepõe à correspondência com a realidade empírica.
- E) analisar o passado por meio das práticas simbólicas e culturais, compreendendo a História como expressão de representações sociais.

QUESTÃO 28

No método de Marx, a realidade social deve ser apreendida como totalidade concreta, isto é, como um complexo estruturado de múltiplas determinações, no qual os diversos níveis da vida social, econômico, político e ideológico, se articulam por meio de mediações. Essa totalidade não é homogênea nem estática: ela é atravessada por contradições internas que impulsionam seu movimento e sua transformação.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. Adaptado.

A partir das informações contidas no texto, considere a seguinte formulação analítica sobre uma crise social em determinado país:

Um estudo sustenta que a crise decorre principalmente de decisões equivocadas de agentes políticos, enfatizando disputas institucionais e mudanças na legislação. Além disso, interpreta os conflitos sociais como reações episódicas a eventos imediatos, analisando-os em sequência cronológica e atribuindo sua intensidade à atuação de lideranças específicas.

Tendo como base o método materialista histórico-dialético, a limitação mais decisiva da abordagem do estudo reside em

- A) subestimar a autonomia relativa das instâncias políticas e jurídicas, o que impede compreender sua capacidade de reconfigurar as relações sociais em contextos de crise.
- B) desconsiderar a dimensão ideológica como elemento estruturante da vida social, reduzindo a complexidade das formas de consciência que orientam a ação histórica.

- C) negligenciar a continuidade institucional como fator explicativo, comprometendo a compreensão da estabilidade das estruturas sociais ao longo do tempo.
- D) fragmentar a realidade social em níveis pouco articulados, operando com a imediatez dos fenômenos e não apreendendo as mediações que vinculam a estrutura econômica à dinâmica histórica.
- E) privilegiar excessivamente a descrição empírica dos acontecimentos, deixando de reconhecer a centralidade da interpretação na construção do conhecimento histórico.

QUESTÃO 29

Na tradição marxista, a análise das formações sociais do Oriente Próximo exige cautela quanto à aplicação direta das categorias desenvolvidas a partir do mundo clássico. Nessas sociedades, a extração do excedente frequentemente se articulava a formas de dominação política centralizada, nas quais o Estado desempenhava papel decisivo na organização do trabalho e no controle dos recursos.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Adaptado.

Considere que durante um seminário acadêmico, quatro interpretações foram apresentadas sobre as sociedades mesopotâmicas:

- I. A existência de excedente econômico e de coerção sobre os produtores diretos é suficiente para classificá-las como sociedades escravistas, independentemente das formas históricas específicas de organização da produção.
- II. A centralização estatal na organização do trabalho e na apropriação do excedente permite identificar formas de exploração associadas ao chamado modo de produção asiático.
- III. A ausência de propriedade privada amplamente disseminada impede a caracterização de relações estruturadas de exploração social.
- IV. A presença de formas de dependência pessoal e de trabalho compulsório autoriza a identificação de elementos de exploração.

À luz do materialismo histórico e da análise teoricamente apropriada dessas interpretações, a alternativa que apresenta todas as afirmativas corretas é:

- A) I e III.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

QUESTÃO 30



SANZIO, Raffaello. A Escola de Atenas. 1509.

A pintura A Escola de Atenas, de Rafael Sanzio, representa diversos filósofos da Antiguidade clássica reunidos em um espaço arquitetônico inspirado na tradição greco-romana. No centro da cena, Platão e Aristóteles ocupam posição de destaque, simbolizando diferentes concepções de conhecimento e de realidade. A obra, produzida no contexto do Renascimento, não constitui uma representação histórica literal, mas uma releitura que expressa a valorização humanista da filosofia grega como fundamento da racionalidade ocidental.

HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Adaptado.

A compreensão historicamente fundamentada da obra *A Escola de Atenas*, de Rafael Sanzio, em relação à Grécia Antiga, implica reconhecer que

- A) a cena retratada corresponde a um registro fiel das instituições políticas atenienses, evidenciando a organização formal da democracia direta na Antiguidade.
- B) a reunião de pensadores em um espaço comum expressa, de forma idealizada, a valorização do debate racional como dimensão constitutiva da cultura intelectual e filosófica grega.
- C) a centralidade dos filósofos indica que a vida política grega estava subordinada à atividade intelectual, sem participação de outros grupos sociais.
- D) a organização hierárquica das figuras representa a estrutura rígida da sociedade grega, baseada na centralização do poder político nas mãos dos filósofos.
- E) a presença de diferentes filósofos na mesma cena demonstra que havia unidade doutrinária entre as correntes de pensamento na Grécia Antiga.

QUESTÃO 31

O processo de transformação política de Roma, da Monarquia à República e desta ao Império, não representou uma ruptura linear, mas a reorganização das formas de poder conforme conflitos sociais e expansão territorial. A República romana consolidou mecanismos institucionais que limitavam o poder individual por meio da divisão de magistraturas e da atuação do Senado, enquanto o Império preservou formalmente tais instituições, embora concentrasse o poder efetivo na figura do imperador.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Grécia e Roma**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2019. Adaptado.

Considere que um professor de História afirma que, ao analisar a passagem da República para o Império em Roma, não se deve compreender esse processo como uma simples substituição de instituições, mas como uma transformação na forma de exercício do poder, mantendo-se estruturas anteriores sob nova lógica política.

A aplicação adequada do conhecimento histórico ao argumento apresentado permite concluir que essa interpretação é

- A) incorreta, pois a transição para o Império implicou a extinção completa das instituições republicanas, substituídas por um sistema monárquico absoluto sem continuidade institucional.
- B) incorreta, pois a República romana já apresentava concentração de poder equivalente à do Império, não havendo diferenças estruturais entre os dois períodos.
- C) incorreta, pois a mudança política ocorreu exclusivamente em função da expansão territorial, sem relação com conflitos internos ou reorganização do poder.
- D) correta, pois, embora o Império tenha mantido algumas instituições republicanas, essas passaram a exercer maior autonomia política em relação ao poder central.
- E) correta, pois o Império romano preservou formalmente instituições republicanas, ao mesmo tempo em que concentrou o poder político na figura do imperador.

QUESTÃO 32

A transição do mundo antigo para o feudalismo não deve ser compreendida como uma ruptura súbita, mas como um processo histórico prolongado no qual a decomposição do modo de produção escravista romano deu lugar a novas formas de dominação social. A crise do Império Romano implicou a retração das trocas comerciais, a ruralização da economia e a crescente vinculação dos trabalhadores à terra.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. Tradução de Renato Prelorentzou. São Paulo: Brasiliense, 2004. Adaptado.

A compreensão historicamente fundamentada do processo descrito exige reconhecer que a formação do feudalismo corresponde à

- A) transformação das relações de produção, na qual a exploração do trabalho se reorganiza por meio de vínculos pessoais de dependência associados à posse da terra.
- B) permanência das estruturas produtivas do mundo romano, com reorganização principalmente administrativa do poder político.
- C) imposição externa de novas formas sociais pelos povos germânicos, responsáveis pela ruptura completa com as estruturas anteriores.
- D) substituição imediata do trabalho escravo por relações de trabalho livres, decorrente da dissolução do poder imperial romano.
- E) constituição de uma economia predominantemente agrária, na qual os produtores rurais, embora vinculados à terra, mantinham autonomia na organização da produção.



Henrique IV em Canossa, Eduard Schwoiser, 1862

A chamada Reforma Gregoriana, associada ao papado de Gregório VII, representou um movimento de afirmação da autonomia da Igreja frente ao poder secular. Nesse contexto, a controvérsia das investiduras expressou a disputa pela autoridade de nomeação de bispos e abades, evidenciando o conflito entre a pretensão papal e a tradição imperial de controle sobre as estruturas eclesiásticas.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do Ocidente medieval**. Tradução de José Rivair Macedo. Bauru: EDUSC, 2005. Adaptado.

A Penitência de Canossa, ocorrida em janeiro de 1077, insere-se no contexto da Controvérsia das Investiduras, conflito que envolveu a definição das prerrogativas relativas à nomeação de autoridades eclesiásticas no Ocidente medieval.

A interpretação historiograficamente consistente desse episódio, à luz da Reforma Gregoriana, implica reconhecer

- A) a afirmação do modelo cesaropapista no Ocidente medieval, no qual o imperador exerce supremacia sobre a Igreja na organização das estruturas eclesiásticas.
- B) a reafirmação da autoridade imperial sobre o papado, evidenciando a subordinação da Igreja às estruturas políticas do Sacro Império.
- C) a consolidação de uma divisão institucional estável entre Igreja e Estado, com delimitação clara e duradoura das competências de cada esfera de poder.

- D) a tentativa de afirmação da primazia do poder espiritual sobre o poder temporal, no contexto da disputa pela autoridade de investidura e pela autonomia da Igreja.
- E) a superação das tensões entre papado e Império, resultando em um modelo político baseado na cooperação equilibrada entre as duas autoridades.



Frontispício da edição original do Leviatã (1651). Thomas Hobbes.

A imagem apresentada corresponde ao frontispício da obra Leviatã (1651), na qual o filósofo inglês Thomas Hobbes formula uma das mais influentes justificações teóricas do poder político na modernidade.

A compreensão conceitualmente adequada da relação entre a obra e o absolutismo demonstra a

- A) origem divina da autoridade política, segundo a qual o soberano exerce seu poder como representante direto da vontade de Deus.
- B) tradição aristocrática, que legitima o poder político a partir da superioridade natural das elites sociais sobre os demais grupos.
- C) supremacia das leis naturais sobre o povo, que permanece juridicamente subordinado à vontade coletiva dos governadores.
- D) concentração do poder político em uma autoridade religiosa, cuja legitimidade decorre da necessidade de mediação dos conflitos sociais
- E) delegação irrevogável de poder pelos indivíduos ao soberano, como forma de garantir a ordem e evitar a condição de guerra.

A colonização brasileira deve ser compreendida a partir de seu sentido, isto é, da função que desempenha no conjunto da economia europeia. Trata-se de uma empresa voltada para fora, organizada para fornecer gêneros tropicais ao mercado externo, o que condiciona profundamente sua estrutura econômica e social.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Adaptado.

As diferenças entre as formações coloniais europeias na América não se limitam à organização econômica, mas implicam padrões distintos de estrutura social e desenvolvimento histórico.

A característica estrutural que diferenciou parte das colônias inglesas de povoamento da América do Norte, especialmente as estabelecidas na Nova Inglaterra, em relação às colonizações ibéricas teve origem na

- A) inserção equivalente das colônias inglesas no sistema de produção voltado ao mercado externo, reproduzindo o mesmo “sentido da colonização” observado nas áreas ibéricas.
- B) constituição de uma dinâmica colonial dessas áreas em que a produção voltada ao mercado externo não se tornou o eixo estruturante dominante, permitindo formas sociais menos subordinadas à lógica exportadora.
- C) ausência, nas colônias inglesas, de qualquer articulação com interesses econômicos metropolitanos, o que possibilitou o desenvolvimento de estruturas sociais autônomas.
- D) adoção, pelas colônias inglesas, de um modelo de exploração baseado na monocultura tropical e no trabalho compulsório, ainda que com menor intensidade que nas colônias ibéricas.
- E) centralização política e econômica promovida pela metrópole inglesa, que reproduziu integralmente o padrão de organização colonial característico das formações ibéricas.

No final do século XVIII, o problema agrário francês concentrava uma tensão estrutural decisiva: de um lado, os que cultivavam a terra; de outro, os que dela extraíam renda e privilégios. A crise do Feudalismo não se limitava, portanto, à esfera política, mas envolvia a permanência de direitos senhoriais, restrições corporativas e formas de dominação incompatíveis com a expansão de relações sociais fundadas na propriedade privada e na circulação mercantil.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: 1789–1848. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. Adaptado.

Considerada um momento decisivo da constituição da ordem burguesa, a Revolução Francesa articula-se ao surgimento do capitalismo por ter

- A) promovido a incorporação política das classes populares ao Estado, convertendo a soberania nacional em mecanismo de distribuição igualitária da riqueza social.
- B) deslocado o centro da dominação da esfera senhorial para a esfera jurídica, universalizando a igualdade formal e a propriedade privada como fundamentos da nova sociabilidade.
- C) substituído a economia agrária por uma economia industrial plenamente desenvolvida, completando de forma imediata a transição para o capitalismo moderno.
- D) preservado as hierarquias sociais do Antigo Regime, porém reorganizando-as sob formas políticas mais eficientes para a administração estatal.
- E) dissolvido os conflitos de classe ao eliminar os privilégios feudais, instaurando uma ordem social fundada na convergência entre interesse particular e bem comum.

A Revolução Industrial consolidou profundas transformações na Inglaterra, com a introdução de novas técnicas, a ampliação do uso de máquinas e a reorganização dos espaços produtivos. Esse processo esteve associado à concentração das atividades produtivas em unidades maiores, à intensificação do ritmo de trabalho e à crescente especialização das tarefas.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções**: 1789–1848. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012. Adaptado.

A interpretação da Revolução Industrial como um processo de transformação estrutural das relações sociais implica reconhecer que sua especificidade histórica não se reduz à inovação técnica, mas tem como fundamento principal a

- A) generalização da produção mecanizada, que, ao ampliar a produtividade do trabalho, reconfigura a organização social sem alterar qualitativamente as relações entre produtores e meios de produção.
- B) constituição de uma forma de produção em que a incorporação de tecnologia redefine as relações de trabalho, mas mantém a autonomia relativa dos produtores diretos sobre o processo produtivo.

- C) transformação das condições de produção que, ao dissociar os produtores dos meios produtivos e submeter o trabalho à lógica da acumulação, institui relações sociais especificamente capitalistas.
- D) ampliação das trocas mercantis e da circulação de bens, processo que, embora intensifique a atividade econômica, não altera estruturalmente a forma de organização do trabalho.
- E) reorganização do trabalho produtivo a partir da divisão técnica e da mecanização, sem modificar as formas de apropriação do produto social.

QUESTÃO 38

A Guerra Fria caracterizou-se por uma tensão permanente entre as superpotências, baseada na combinação de dissuasão nuclear, rivalidade ideológica e competição por zonas de influência. Esse sistema não eliminava os conflitos, mas os deslocava para formas indiretas de enfrentamento, evitando a guerra nuclear entre Estados Unidos e União Soviética.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914–1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

No interior da formulação estratégica da política externa dos Estados Unidos no início da Guerra Fria, a interpretação de que a expansão soviética deveria ser enfrentada por meio de um processo contínuo de limitação geopolítica, sem confronto direto, tornou-se um dos fundamentos da atuação norte-americana no cenário internacional.

A denominação historicamente consagrada dessa estratégia é

- A) política de contenção, baseada na limitação geopolítica da expansão soviética por meios indiretos.
- B) política de distensão, caracterizada pela redução das tensões e pela cooperação diplomática entre as superpotências.
- C) doutrina do Big Stick, orientada pela intervenção direta e unilateral dos Estados Unidos em áreas consideradas estratégicas.
- D) plano Marshall, estruturado como mecanismo de reconstrução econômica da Europa Ocidental.
- E) estratégia de dissuasão nuclear, baseada no equilíbrio do terror entre as superpotências.

QUESTÃO 39

A inserção das economias latino-americanas no mercado mundial não corresponde a um processo de desenvolvimento autônomo, mas a uma forma específica de integração subordinada à dinâmica do capital internacional. Nesse quadro, a dependência se manifesta por meio da transferência de valor e da superexploração do trabalho, mecanismos que permitem compensar as desvantagens estruturais dessas economias no interior do sistema capitalista global.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (orgs.) Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Adaptado.

A interpretação da globalização como processo de intensificação da integração econômica internacional frequentemente sustenta que a reorganização das cadeias globais de valor e a ampliação dos fluxos de capital configuram uma nova etapa do capitalismo, marcada pela redefinição das relações entre economias centrais e periféricas.

A partir desse quadro teórico, o fenômeno da globalização

- A) expressa uma inflexão qualitativa no sistema capitalista mundial, na qual a descentralização produtiva reduz a transferência de valor ao permitir que economias periféricas internalizem etapas estratégicas da acumulação.
- B) redefine a dependência ao deslocar o eixo da exploração para a esfera da circulação, tornando secundária a superexploração do trabalho como mecanismo de compensação das assimetrias estruturais.
- C) aprofunda a integração subordinada das economias periféricas, na medida em que a reorganização das cadeias globais intensifica simultaneamente a transferência de valor e a superexploração do trabalho.
- D) indica a transição para um padrão de interdependência sistêmica, no qual a hierarquia entre centro e periferia é atenuada pela crescente mobilidade do capital e pela difusão tecnológica.
- E) altera a lógica da acumulação capitalista ao permitir que a inserção internacional das economias dependentes seja orientada prioritariamente pela ampliação do mercado interno e pela elevação dos salários.

QUESTÃO 40

As sociedades pré-colombianas da América desenvolveram formas complexas de organização social e política antes da conquista europeia. Civilizações como astecas e incas estruturaram sistemas de poder, baseados na articulação entre autoridade política, organização religiosa e controle da produção agrícola, com destaque para técnicas adaptadas a diferentes condições ambientais.

BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: América Latina Colonial. São Paulo: Edusp, 2004. Adaptado.

A caracterização das sociedades pré-colombianas como formas sociais simples e homogêneas implica um erro de interpretação histórica ao desconsiderar a complexidade de suas estruturas de organização social, política e econômica, uma vez que essas sociedades

- A) organizavam-se predominantemente a partir de unidades autônomas, nas quais a autoridade política era difusa e desvinculada de estruturas institucionais permanentes.
- B) desenvolveram formas sociais caracterizadas pela inexistência de centralização política, com predomínio de decisões coletivas sem diferenciação de funções sociais.
- C) baseavam sua organização econômica em práticas de subsistência pouco especializadas, o que limitava a formação de estruturas sociais complexas.

- D) estruturavam-se por meio da articulação entre autoridade política, funções religiosas e controle da produção, constituindo sistemas sociais hierarquizados e institucionalmente organizados.
- E) constituíam sociedades nas quais a ausência de técnicas agrícolas avançadas impedia a formação de excedentes econômicos significativos.

QUESTÃO 41

A economia colonial brasileira integrou-se ao processo de expansão do capitalismo comercial europeu, articulando-se a circuitos mais amplos de produção e circulação. Essa inserção implicou formas específicas de organização econômica e social, nas quais diferentes níveis de determinação se combinavam na constituição da dinâmica colonial.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. Adaptado.

A compreensão da economia colonial exige distinguir, com precisão, o papel das determinações externas e das mediações internas na configuração de sua estrutura histórica. A formulação conceitual consistente dessa relação pressupõe reconhecer que o Brasil colonial

- A) constituía-se como uma economia cuja inserção no mercado mundial operava como referência externa, sendo a estrutura econômica definida prioritariamente pelas condições internas de produção.
- B) estruturava-se a partir de determinações externas que condicionavam a produção, mas as mediações internas assumiam primazia explicativa, tornando secundária a inserção da colônia no mercado mundial.
- C) organizava-se mediante a articulação entre inserção externa e dinâmicas internas, nas quais estas últimas desempenhavam papel decisivo na definição da estrutura econômica colonial.
- D) configurava-se por uma inserção no mercado mundial em que as determinações externas se realizavam por meio de mediações internas, sem que estas alterassem a posição estrutural dependente da economia colonial.
- E) apresentava uma inserção externa que condicionava a produção, mas cuja eficácia estrutural dependia da capacidade das mediações internas de redefinir o sentido dessa inserção na cadeia de produção global.

QUESTÃO 42

A abolição da escravidão no Brasil não representou a integração da população negra à sociedade de classes, mas sua exclusão das condições materiais necessárias à participação social. Sem acesso à terra, ao trabalho estável e à educação, os libertos foram lançados à marginalidade econômica e social. O negro foi lançado à própria sorte, o que explica sua marginalização no período posterior à abolição.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: o legado da "raça branca". v. 1. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008. Adaptado.

Compreender a abolição da escravidão no Brasil exige ultrapassar a leitura simplista que a define exclusivamente como um ato jurídico da Lei Áurea, e considerar suas implicações históricas na reorganização das relações sociais.

Nessa perspectiva, a reorganização social do Brasil pós-abolição foi caracterizada pela

- A) permanência de formas de exclusão social que, embora desvinculadas juridicamente da escravidão, mantiveram a população negra em posição estruturalmente marginal na sociedade de classes.
- B) incorporação da população negra ao mercado de trabalho livre, processo que garantiu sua inserção econômica no novo sistema produtivo, ainda que em condições desiguais.
- C) redefinição das relações sociais com base na ampliação da cidadania formal, permitindo a progressiva integração da população negra ao sistema produtivo.
- D) transição para o trabalho livre acompanhada de mecanismos de diferenciação social que, embora desiguais, não reproduzem diretamente as estruturas do passado escravista.
- E) reorganização da sociedade de classes marcada pela substituição das formas raciais de dominação por desigualdades predominantemente econômicas.

QUESTÃO 43



Guerrilha, Johann Moritz Rugendas. 1835

As formas de resistência protagonizadas por populações indígenas e africanas no contexto da colonização não se limitaram a rebeliões abertas, mas assumiram múltiplas expressões, que variavam desde confrontos armados até estratégias cotidianas de enfrentamento à dominação.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 1981. Adaptado.

A interpretação de representações visuais da violência colonial exige considerar que tais imagens não apenas retratam conflitos, mas também expressam modos de compreensão das relações sociais em seu tempo.

Tomando como referência o texto de Clóvis Moura e a obra *Guerrilha* (1835), as resistências indígenas e africanas representadas

- A) configuram práticas sociais que, embora determinadas pelas condições de dominação colonial, se expressam predominantemente como respostas singulares, cuja generalização analítica depende da forma como são integradas à narrativa histórica.
- B) constituem formas de enfrentamento que, inseridas no interior da sociedade colonial, tensionam seus mecanismos de controle, sem que isso implique necessariamente sua integração às dinâmicas estruturais de reprodução do sistema.
- C) expressam dinâmicas de conflito que, ao se desenvolverem no interior das relações coloniais, assumem regularidade histórica, independentemente das estruturas econômicas.
- D) revelam formas de ação que, embora vinculadas às condições de exploração, devem ser interpretadas prioritariamente a partir de suas especificidades locais, evitando sua subsunção a modelos explicativos de caráter estrutural.
- E) constituem práticas sociais historicamente determinadas, cuja compreensão exige articulá-las às condições estruturais da dominação colonial e à dinâmica de reprodução das relações de poder.

QUESTÃO 44

A Independência do Brasil não implicou uma revolução social clássica, mas um processo de reorganização política que preservou as estruturas econômicas e sociais herdadas da Colônia. A nova ordem nacional consolidou-se mediante a conciliação entre as elites agrárias e os setores emergentes, permitindo a internalização do poder político sem ruptura com o padrão de dominação vigente.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. Adaptado.

A Independência do Brasil não configurou uma ruptura radical, sendo uma transição marcada pela conciliação entre uma nova burguesia e as antigas elites agrárias.

Considerando essa especificidade, as implicações socioeconômicas desse processo

- A) promoveram a constituição de uma burguesia nacional autônoma, cuja atuação permitiu a superação progressiva das estruturas agrárias e a consolidação de um mercado interno integrado.
- B) corresponderam à consolidação de um padrão de desenvolvimento capitalista dependente, por meio de uma modernização conservadora, sem alteração das dinâmicas estruturais de subordinação externa.

- C) originaram a transição para o capitalismo mediante a ruptura com o padrão exportador e a formação de uma economia centrada na industrialização interna.
- D) desencadearam um processo de modernização econômica no qual a expansão capitalista se articulou seletivamente à ação estatal, sem que isso implicasse a preservação das formas de dependência externa.
- E) estabeleceram uma nova ordem social baseada na ampliação da cidadania e na incorporação das massas ao sistema produtivo por meio do trabalho livre.

QUESTÃO 45



CALIXTO, Benedito. Proclamação da República, 1893. Óleo sobre tela.

A crise do Império brasileiro, nas décadas finais do século XIX, esteve profundamente associada às transformações estruturais do sistema escravista e às tensões políticas decorrentes de sua desagregação. A abolição da escravidão, em 1888, ao mesmo tempo em que representou a ruptura formal com a base do trabalho cativo, produziu reconfigurações nas alianças políticas que sustentavam o regime monárquico.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. Adaptado.

A partir das informações contidas no texto, na imagem que retrata o golpe militar de 1889 e nos conhecimentos sobre a crise do Império, a abolição da escravidão e a Proclamação da República são eventos estruturalmente conectados, porque

- A) expressam a substituição do trabalho escravo por relações assalariadas que, ao atenderem às exigências do capitalismo internacional, permitiram a adaptação do Império sem ruptura política.
- B) revelam a desorganização da base econômica escravista que, ao ser tensionada por pressões externas e pela transição ao trabalho livre, contribuiu para a reorientação das elites, favorecendo a consolidação de uma burguesia nacional economicamente independente.
- C) indicam a emergência de um projeto republicano que ampliou a participação política das classes populares na gerência do Estado, mas que manteve mecanismos de exclusão social, sem alterar de modo decisivo a estrutura de poder herdada do período imperial.

- D) correspondem a uma transformação conduzida pelas elites que, diante da crise do escravismo, promoveram uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas do poder.
- E) demonstram que a crise do trabalho escravo levou à substituição da Monarquia por um regime mais adequado às exigências da industrialização, implicando reorganização estrutural das relações sociais e econômicas.

QUESTÃO 46

A institucionalização do regime militar brasileiro não implicou a imediata supressão da ordem constitucional, mas a sua progressiva reconfiguração por meio de dispositivos de exceção. Nesse processo, os Atos Institucionais operaram como instrumentos jurídicos que ampliaram os poderes do Executivo e restringiram direitos políticos, preservando, ao mesmo tempo, formas institucionais que conferiam aparência de legalidade ao regime.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Adaptado.

Apartir do texto e dos conhecimentos sobre os Atos Institucionais durante o período militar no Brasil, analise as afirmativas a seguir e marque V para as verdadeiras e F, para as falsas.

- () O Ato Institucional nº 1 instituiu mecanismos de cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos, ao mesmo tempo em que preservou formalmente o funcionamento do Congresso Nacional.
- () O Ato Institucional nº 2 estabeleceu eleições indiretas para governadores e vice-governadores, reforçando a centralização política e reduzindo a autonomia dos estados no interior do regime.
- () O Ato Institucional nº 3 extinguiu os partidos políticos existentes, instituiu o bipartidarismo e ampliou o controle do Executivo sobre o sistema político, mantendo formas restritas de competição institucional.
- () O Ato Institucional nº 4, ao reorganizar a ordem constitucional por meio da Constituição de 1967, extinguiu formalmente a função legislativa do Parlamento, concentrando a produção normativa no Poder Executivo.
- () O Ato Institucional nº 5 ampliou os poderes do Executivo, permitindo a suspensão de garantias individuais e a intervenção nos demais poderes, sem implicar a revogação formal da Constituição vigente.

A alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo, é:

- A) V V V F V
- B) V V F F F
- C) V F V V F
- D) V F F F V
- E) F F V V V

QUESTÃO 47

A colonização não se contenta em impor sua lei ao presente e ao futuro do país dominado. Ela se ocupa igualmente em desfigurar, desvalorizar e destruir o passado do povo oprimido. Ao negar a historicidade das sociedades colonizadas, o colonialismo constrói uma narrativa que as apresenta como incapazes de produzir formas próprias de organização política, econômica e cultural, obscurecendo a complexidade de suas formações sociais anteriores à dominação europeia.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Adaptado.

A operação descrita no texto permite compreender que a construção historiográfica sobre as civilizações africanas pré-coloniais foi profundamente condicionada por uma lógica de deslegitimação que, ao negar sua historicidade, produziu interpretações que

- A) explicaram a diversidade das formações sociais africanas como resultado de dinâmicas internas, reconhecendo a pluralidade de formas políticas e evitando generalizações de caráter estrutural.
- B) redefiniram experiências políticas e econômicas autônomas a partir de categorias externas, neutralizando sua especificidade histórica e subordinando sua interpretação a parâmetros eurocêntricos.
- C) privilegiaram a escassez de registros escritos como critério de validação histórica, deslocando o eixo interpretativo para fontes coloniais sem comprometer a reconstrução interna dessas sociedades.
- D) identificaram padrões recorrentes de organização social no continente africano, sistematizando-os como modelos explicativos gerais que refletiriam uma dinâmica própria e relativamente homogênea das sociedades pré-coloniais.
- E) compreenderam a inserção posterior das sociedades africanas no sistema colonial como desdobramento de limitações econômicas internas, ainda que reconhecessem a existência de formas regionais de integração produtiva.

QUESTÃO 48

A ideia de humanidade construída pela modernidade estabelece uma separação entre sociedade e natureza, produzindo uma compreensão na qual o ser humano se percebe como exterior ao mundo natural. Essa dissociação permite que a natureza seja reduzida à condição de recurso, ao mesmo tempo em que desconsidera outras formas de existência que não se organizam a partir dessa distinção.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Adaptado.

No contexto das disputas contemporâneas pela terra envolvendo os povos originários no Brasil, as ações estatais entram em conflito com as formas indígenas de organização da vida, na medida em que

- A) reconhecem a pluralidade de formas de relação com o território, buscando compatibilizá-las por meio de instrumentos jurídicos que garantem a coexistência entre diferentes sistemas de uso da terra.
- B) admitem a centralidade de concepções indígenas sobre território, desde que mediada por instrumentos institucionais capazes de integrar essa concepção às dinâmicas econômicas e administrativas predominantes.
- C) operam por meio da transformação do território em objeto de regulação normativa e apropriação econômica, dissociando-o das formas que constituem a base material e simbólica das sociedades indígenas.
- D) incorporam elementos das cosmologias indígenas à formulação de políticas ambientais, reinterpretando-os como referenciais culturais aplicáveis à gestão sustentável dos recursos naturais.
- E) distinguem as dimensões materiais e simbólicas do território, priorizando a proteção das expressões culturais indígenas sem comprometer a implementação de projetos de desenvolvimento econômico.

QUESTÃO 49

O conhecimento não se origina da simples transmissão de informações, mas da ação do sujeito sobre o objeto, por meio de processos contínuos de assimilação e acomodação. Nesse movimento, o indivíduo reorganiza seus esquemas mentais ao entrar em conflito com novas situações, produzindo formas mais complexas de compreensão da realidade.

PIAGET, Jean. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1973. Adaptado.

Considere que durante uma aula sobre o processo de colonização do Brasil, um professor de História propõe aos estudantes a análise de diferentes fontes históricas (cartas de colonizadores, relatos indígenas e registros administrativos). Em vez de apresentar uma narrativa pronta, ele solicita que os alunos formulem interpretações, identifiquem contradições entre os documentos e reconstruam, coletivamente, explicações sobre o processo histórico da formação do Brasil.

A prática pedagógica descrita está coerente com a perspectiva construtivista, pois

- A) organiza o ensino a partir da mediação docente na interpretação das fontes, assegurando que os estudantes alcancem uma leitura historicamente correta dos documentos analisados.
- B) estrutura a atividade investigativa com base na comparação de fontes, com o objetivo de conduzir os estudantes à reprodução dos modelos interpretativos previamente estabelecidos pela historiografia.
- C) prioriza o contato direto com documentos históricos, garantindo que a experiência empírica substitua a necessidade de sistematização conceitual por parte dos estudantes.
- D) valoriza a participação ativa dos estudantes, de modo que suas interpretações sejam progressivamente ajustadas às explicações historiográficas consolidadas apresentadas pelo professor.
- E) orienta a aprendizagem por meio da problematização das fontes, permitindo que os estudantes reorganizem seus esquemas cognitivos ao confrontarem diferentes interpretações do processo histórico.

QUESTÃO 50

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. A educação problematizadora se constitui como um processo no qual os sujeitos, ao refletirem criticamente sobre a realidade, tornam-se capazes de intervir nela.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Adaptado.

A experiência de Angicos, ocorrida em 1963 no sertão do Rio Grande do Norte, consolidou-se como um dos episódios mais emblemáticos da história da educação brasileira. Sob a coordenação do educador Paulo Freire, o projeto de alfabetização de 300 trabalhadores rurais evidenciou a viabilidade de uma metodologia fundamentada na dialogicidade e na conscientização. O diferencial não estava na repetição de sílabas vazias, mas no uso de palavras geradoras extraídas do próprio cotidiano dos alunos, como "tijolo" e "enxada". A experiência conduzida por Paulo Freire em Angicos demonstrou que a alfabetização de adultos pode ultrapassar a mera decodificação da linguagem escrita ao se constituir como prática de leitura crítica da realidade, permitindo que trabalhadores se reconheçam como sujeitos históricos.

GERMANO, José Willington. **As quarenta horas de Angicos**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 18, n. 59, p. 391–395, ago. 1997. Adaptado.

Considere que um professor de História decide reorganizar sua prática pedagógica com base nos princípios da educação problematizadora de Paulo Freire, substituindo uma abordagem centrada na exposição sistemática de conteúdos.

Nessa perspectiva, a prática pedagógica coerente com essa mudança caracteriza-se, na atuação do professor, por

- A) solicitar que os estudantes relatem experiências em suas comunidades, registrar as falas no quadro e reorganizá-las em categorias históricas previamente definidas, apresentando uma síntese explicativa para consolidação do conteúdo.
- B) propor a análise de situações de desigualdade social do cotidiano dos estudantes, organizando discussões em grupo e intervindo para adequar os argumentos às categorias históricas trabalhadas ao longo do estudo da disciplina.
- C) promover a discussão de situações concretas vivenciadas pelos estudantes, contextualizar essas experiências por meio do diálogo e construir coletivamente interpretações históricas que permitam compreender criticamente a realidade social.
- D) utilizar exemplos do cotidiano dos estudantes, a exemplo de movimentos grevistas, como estratégia introdutória para a exposição dos conteúdos históricos, garantindo que todos compreendam corretamente as transformações coletivas.
- E) organizar debates a partir de temas sociais contemporâneos vivenciados pelos alunos, incentivando a formulação de diferentes interpretações a partir de categorias históricas previamente definidas que fundamentem a compreensão dos processos sociais.

* * * * *